



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

LYON, FRANÇA, 30 DE MAIO DE 1996

É com grande honra que recebo o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Lumière Lyon 2.

Agradeço ao Professor François La Plantine por suas palavras de apresentação, que certamente fazem justiça ao Brasil e ao seu povo, mas que, em relação a mim, terão sido de grande generosidade e motivadas por simpatia pessoal.

A maior parte de minha vida acadêmica desenvolveu-se em São Paulo. Ali me formei, iniciei minhas atividades de pesquisa, lecionei. Ali, comecei meu esforço de entender o Brasil, sua complexa formação social, suas formas de inserção no sistema internacional, sempre decisivas para a análise de tantos aspectos de sua evolução.

A USP foi concebida, nos anos 30, em tomo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, cuja criação contou com a presença inspiradora de professores franceses, como Claude Lévi-Strauss, Fernand Braudel, Roger Bastide, Paul Arbousse-Bastide e tantos outros.

Já se disse que a particularidade do espírito francês é sua vocação universal, a força permanente dos ideais iluministas a marcar sua melhor criação intelectual. Para mim, como para tantos colegas, a

convivência com a cultura francesa foi decisiva para nossa formação. Fui aluno assistente de Bastide, devo muito às suas lições, sobretudo ao seu cuidado ao educar a sensibilidade para a pesquisa e, dessa forma, dar à investigação sociológica a dignidade científica.

Um grande professor brasileiro, Antonio Candido, mostrou como a presença francesa nos ajudou a melhor entender o Brasil. Nos anos 30, lembrava Antonio Candido, os seus mestres brasileiros usavam categorias do pensamento europeu para construir imagens abstratas de uma realidade vaga, ao passo que os professores franceses obrigavam a olhar o mundo circundante, recorrer às fontes locais, descobrir documentos, investigar a realidade próxima: “Os franceses, usando a sua língua, empregando os seus métodos, nos punham dentro do País.”

Na formulação sempre clara e precisa de Antonio Candido, encontro o melhor resumo para a lição francesa: as categorias universais valem quando nos ensinam a ver a realidade concreta, quando esclarecem sobre o movimento das sociedades, quando surgem impregnadas historicamente. Braudel dizia que “o Brasil o tornou mais inteligente”. Para nós, a presença francesa nos terá ensinado a ter olhos brasileiros para as coisas brasileiras, desde, talvez, a vinda de Debret no início do século XIX.

Nem sempre conseguimos seguir a boa lição. Muitas vezes, o fascínio com as construções teóricas, nascidas na Europa, nos iludiu a nós mesmos. Buscamos descrever classes sociais de que esperávamos um determinado comportamento coletivo, que o cotidiano desmentia. Imaginávamos conflitos onde a história impôs acomodações. Pretendíamos que a nossa evolução tivesse um tempo mais rápido do que as estruturas permitiam. De qualquer forma, aos poucos, íamos constituindo, na USP, mas também em outros centros, um tecido de pesquisa e investigação, que nos dá, hoje, mais segurança na compreensão da realidade brasileira.

O trabalho sociológico, como todo esforço intelectual, será sempre incompleto. Os desafios analíticos se renovam permanentemente, como se a vida das sociedades contivesse sempre um elemento de

surpresa, de inesperado, que foge ao melhor modelo. Hoje, em tempo de transformações rápidas e abrangentes, essa consideração simples soa quase como truísmo. De fato, as realidades do tempo de minha formação mudaram e o Brasil mudou. Hoje, a dialética do universal e do particular se repõe no marco do que se chama de globalização. Hoje, no Brasil, superamos as tentações autoritárias e nos voltamos para construir uma democracia real, que conduza à realização da melhor justiça social.

No plano nacional e no modo de inserção do Brasil no mundo, enfrentamos questões complexas, tanto analítica como politicamente.

As forças uniformizadoras no plano global são claras e contundentes. Atuam no plano econômico e no plano dos valores. As empresas planejam investimentos com base no mercado global. Os capitais financeiros fluem em rápida velocidade e ignoram fronteiras. As demandas em matéria de direitos humanos se universalizam.

Sabemos, porém, que as forças da globalização, econômicas e simbólicas, não existem em vazios. Não existem como entidades que valham em si mesmas. Na verdade, projetam-se sobre sociedades nacionais, que as absorvem no marco de suas histórias. De novo, o fascínio – agora, ainda mais facilmente explicado por movimentos universais – leva muitos analistas a esquecerem a interação, sempre complexa, entre o sistema mundial e as estruturas sociais e políticas de cada nação. De certa maneira, ainda que tenhamos que renovar conceitos, a lição metodológica central da “teoria da dependência” permanece válida.

A partir dessas considerações gerais, vou apresentar, como tema central de minha aula, “alguns aspectos contemporâneos da questão social”.

Se me permitem, partirei de minha experiência de político para caracterizar o que é a agenda social dos tempos presentes. Existem muitas definições do fazer político, mas, no cotidiano, seja no Parlamento, seja no Executivo, o nosso trabalho permanente é aceitar demandas, ordená-las, procurar orientá-las em um rumo. Outros falariam em “um projeto”, a supor abrangência e coerência que muitas vezes

nos faltam no dia-a-dia. Ora, o que eu posso observar – com base na experiência brasileira e na latino-americana, que refletem a universal – é o fato de que a “agenda de demandas” sobre o sistema político tem crescido, de forma sustentada e contínua, nos últimos anos.

Nos anos 70, concentra-se na luta contra o autoritarismo e pelo respeito aos direitos humanos, já como reflexo de sociedades que ganhavam complexidade, que repeliam as soluções impostas. Atualmente, as demandas talvez tenham perdido seu foco unificador, tenham-se fragmentado, cada fragmento apoiado em atores sociais diversos. Mais precisamente, as demandas correspondem à construção de novos atores sociais com “acesso político” ou, pelo menos, com acesso à opinião pública.

As questões sociais clássicas – como: eliminar a exclusão social, atenuar desigualdades, proteger os desvalidos – continuam. Continuam sob formas novas nos países ricos, com a persistência das taxa de desemprego e a carga de desesperança que envolve. Continuam nos países pobres, em que o drama da miséria e da fome está, em muitos casos, longe de encontrar equações simples.

Mas não se esgotam aí. A marca contemporânea é a ampliação da agenda social. Não é mais a garantia de emprego o que se busca, mas de uma ocupação que proteja a saúde física e moral do trabalhador. Ocupação que permita tempo também para o lazer. O significado da “igualdade de oportunidades” torna-se complexo em um mundo em que a educação básica não é mais suficiente para participar ativamente do mercado de trabalho e das opções de lazer.

Os processos migratórios e a facilidade com que se deslocam as populações exigem novos padrões de tolerância e modelos novos de convivência social, orientados por um grau de solidariedade que as sociedades raramente alcançam.

A temática do meio ambiente, dos direitos humanos, da proteção das minorias, dos gêneros, da luta contra formas novas de criminalidade transnacional, a questão das drogas, as questões de seguridade social abrem um leque de demandas que se renova a cada dia.

Essas observações iniciais sugerem inúmeras indagações. A expansão da “demanda por equidade” terá sentido universal? É um dos aspectos da globalização? Reflete experiência de sociedades recentemente democratizadas que, de forma natural, ainda não disciplinaram o elenco de suas demandas? De que maneira os temas sociais se diferenciavam em cada região e nação? De que meios dispomos para atender ao novo quadro de demandas?

Respostas acabadas para essas questões não são conhecidas hoje. O que sabemos, sim, é que as questões tradicionais e contemporâneas encontram a mesma origem. Nascem com a consolidação do capitalismo na Europa, nascem, portanto, quando as formações sociais perdem rigidez e a mudança se instala como feitiço necessário da vida social. Os atores sociais deixam de ter lugar predeterminado em hierarquias: não existem limites para a imaginação de reformas sociais. As profundas desigualdades geradas pela Revolução Industrial encontram, em pouco tempo, uma resposta política global nas várias formas da luta socialista. Ao crescimento das injustiças corresponde a esperança da máxima justiça.

Na verdade, como sabemos, na visão marxista, a agenda social não se separa de um projeto de reforma global que desembocará no “socialismo real” já no século XX. Paralelamente, no marco do capitalismo, a partir de lutas concretas, vai-se articulando, de forma clara, um processo de avanços sociais localizados. É a redução da jornada de trabalho, as primeiras formas de previdência social, a consagração dos direitos sociais e econômicos. Os direitos políticos – e, portanto, a democracia – são o terreno em que frutifica o processo de ampliação dos benefícios sociais. Em regra, é a classe trabalhadora que comanda as reivindicações e demandas, voltadas, em última instância, à transformação de práticas do Estado.

Outro ponto a salientar é o da unidade do processo reivindicatório, gerado até pelas referências ideológicas que, mesmo que variassem, alimentavam-se de raízes socialistas.

O marxismo foi, para os de nossa geração, em todos os continentes, a mais acabada utopia, já que projetava um futuro de perfeição

social e definia seu agente construtor. Sua falência, porém, não esgota a vontade de aperfeiçoamento das sociedades. Parece mesmo que o contrário ocorre. Se não existem causas unificadoras, existe clara consciência de que, mesmo nas sociedades desenvolvidas, há o que melhorar, e o processo de aperfeiçoamento da convivência é inesgotável.

O traço característico de nossos tempos é, porém, o de abandonar a idéia de uma sociedade qualitativamente nova, a idéia de um “homem novo”, e trabalhar por aperfeiçoamentos concretos: mais saúde, mais educação, mais lazer, etc. Assim eu caracterizaria a “demanda de equidade” em nossos dias.

Hoje, não se articula mais uma noção de sentido universal dos mecanismos de exclusão social. À globalização não corresponde um projeto de transformação social – no sentido forte, de futuro orientado pelo homem – tal como existia no marxismo. Vimos, aliás, como a própria “aplicação” do marxismo variou em função de condições históricas diferenciadas na União Soviética e na China, no Leste Europeu e no Vietnã ou em Cuba.

De outro lado, a hegemonia das perspectivas liberais leva a que se veja, no livre funcionamento das forças de mercado, a possibilidade de ganhos de produtividade em escala mundial e, conseqüentemente, uma produção maior de bens e serviços mais baratos. Dessa forma, a questão social deixaria de existir como tal, e a dinâmica econômica resolveria os problemas de exclusão. Não é isso o que está acontecendo. A globalização reforça diferenças e desigualdades, mesmo dentro dos países desenvolvidos, e coloca desafios extremamente complexos para os países em desenvolvimento.

Estamos, assim, diante de um duplo problema. Não existe uma teoria universal que explique como redimir a pobreza. Podemos descrever formas concretas de exploração, mas não dispomos mais de uma teoria geral da exploração, como as que se sustentavam na extração da mais-valia ou na teoria do imperialismo. De outro lado, sabemos que, caso o mundo continue como está, se repetir o padrão de crescimento que hoje prevalece, poderemos criar mais riqueza, mas estaremos criando também mais desigualdade, até um ponto em

que ou consagraremos a segregação, ou os conflitos se multiplicarão insuportavelmente. São cenários perversos.

O problema do político é justamente como reverter tais tendências, como recuperar a própria noção de que é necessário intervir para modelar a sociedade para convivência mais justa. E, também, saber a medida certa da intervenção, para que se preserve a força criativa do mercado, evitando-se as distorções conhecidas.

Na minha lista de problemas, agrego ainda outro, também de caráter geral. Mesmo se aceitássemos a perspectiva liberal, teríamos que admitir que os temas sociais são historicamente, em qualquer sociedade moderna, atribuição do Estado. Os limites de atuação são dados, de um lado, pela moldura ideológica das ações de governo, que tem variado das soluções socialdemocratas às menos intervencionistas, no modelo anglo-saxão; e, de outro, pelas próprias possibilidades reais, financeiras e gerenciais de cada situação nacional.

O fato é que, se examinarmos as sociedades desenvolvidas, um ingrediente importante da crise fiscal dos Estados deriva justamente do esgotamento de soluções, historicamente – e, em alguns casos, dolorosamente – conquistadas, para problemas fundamentais, como o da seguridade social. É evidente que, em sociedades como a brasileira, a crise fiscal se desenhou quando ainda estávamos longe de oferecer serviços sociais mínimos para a população.

Nos Estados desenvolvidos, apesar das dificuldades fiscais, é quase impossível retroceder, abandonando-se conquistas sociais, salvo se alguma compensação clara estiver à vista, sob a forma hipotética de expansão de empregos. E, se isso não ocorre, a tendência que observamos em alguns países é a reedição de conflitos não para “melhorar”, mas, antes, para “conservar” situações estabelecidas. Pode-se perder, assim, a perspectiva de encontrar soluções adequadas às realidades contemporâneas.

Nos Estados em desenvolvimento, especialmente os que estabeleceram bases democráticas, como os da América Latina, a expansão da agenda social ocorre tendo como pano de fundo uma dívida soci-

al não resgatada. Prossegue a luta por direitos básicos, em termos de saúde, educação e, muitas vezes, pelo direito à própria vida.

O quadro de dificuldades não nos deve impor atitude pessimista. Na verdade, esse quadro é ambíguo. Quais são os aspectos positivos?

Em primeiro lugar, como aponte, é a própria constatação de que a agenda social se amplia. O passo inicial de qualquer mudança é a conformação de ideais, e estes existem. Não há mais a atração das construções fechadas, de utopias totalizantes. Guardam, porém, a vitalidade do que tenho chamado de “utopias concretas”, algo que é possível perceber de forma muito clara e, portanto, construir.

Em segundo lugar, o fato de que a vida internacional passa a gerar pressões sobre o Estado nacional, que permanece como alvo de cobranças decorrentes de valores construídos pela comunidade internacional. Ao proporcionar maior velocidade na transmissão de informações e mais fácil acesso a essas informações, o fenômeno da globalização opera também em favor de uma certa uniformização de valores. Esse fenômeno tem como efeito a tendência a que as condições sociais de um determinado país, e, conseqüentemente, as suas políticas sociais, sejam submetidas ao escrutínio e à pressão internacionais, a partir de parâmetros de avaliação homogêneos.

Os resultados das conferências temáticas da ONU, o trabalho constante das ONGs, a ação dos movimentos sociais constituem a base política desse processo, que é essencialmente positivo. Pode sofrer, contudo, duas distorções: a primeira, a da seletividade, em que a mídia seleciona questões sociais contundentes e não dissecas as estruturas que as produzem; e a segunda, a da fragilidade dos meios de cooperação internacional, que acabam orientados por problemas episódicos.

De fato, os desafios da globalização – se pensarmos, por exemplo, nos efeitos sobre o emprego do investimento em tecnologias de ponta, na força perturbadora dos fluxos de capital sobre padrões de crescimento, nas conseqüências sociais de crimes transnacionais, etc. – não encontraram, ainda, o arcabouço de idéias e instituições reveladoras de novos e efetivos padrões modernos de cooperação. Estamos diante tanto da necessidade de correntes constantes de assistência humanitá-

ria para tantos países, como da necessidade de sofisticados mecanismos para evitar os efeitos perversos da volatilidade de capitais.

Talvez um dos pontos centrais do teste das hipóteses de disposição dos Estados para trabalharem modelos novos de cooperação seja a reforma da ONU e das instituições econômicas multilaterais, sobretudo se entendermos que uma redefinição abrangente de seus mecanismos é o melhor caminho para darmos uma resposta politicamente inteligente aos desafios da globalização. Há diversos problemas que, hoje, adquiriram dimensão verdadeiramente global. No entanto, as instituições políticas, econômicas e financeiras internacionais foram concebidas e criadas no final dos anos 40 e seus mecanismos decisórios elaborados num contexto político mundial completamente diferente do atual. O *aggiornamento* dessas instituições é um imperativo, e o Brasil está pronto a dar, para tanto, sua colaboração.

Em terceiro lugar, a capacidade de criação de bens da economia moderna. Talvez, hoje, estejamos perto de visualizar o que Marx antevia como um “reino de abundância”, determinado pelo formidável progresso das forças de produção desencadeado pelo capitalismo. É claro que a possibilidade hipotética de produzir não significa que haverá produção, ou que a produção será distribuída com equidade.

O cerne do desafio econômico é político, na forma em que definirmos os modos de apropriação das imensas possibilidades de riqueza que se descortinam hoje.

O que sabemos, sim, é que as determinações de um modo de produção não são absolutas e é suficiente examinar as variações possíveis no próprio marco do capitalismo. As iniquidades que se repetem, em tantas formações sociais, em países em desenvolvimento, não são inflexíveis.

Como superá-las?

Passo agora ao quarto ponto de minha lista positiva, justamente a expansão da democracia. Algum analista apontava para o fato de que, hoje, cerca de 40% da humanidade vive em regimes democráticos, comparados com, talvez, 2% ou 3% em 1800 e 10% em 1900. É hoje possível correlacionar a expansão das instituições democráticas

com os avanços sociais, nos diversos planos nacionais e mesmo no plano internacional, na medida em que se articulam formas de pressões sistêmicas que favorecem as liberdades. A possibilidade de modelar as estruturas sociais, para favorecer os excluídos, tem origem no momento em que se dá voz a estes, tarefa primeira de qualquer sociedade democrática. A rigor, não é o Estado o promotor dos benefícios sociais; será simplesmente o agente de forças que lhe são anteriores que o modelam.

Quando o Estado assumiu autoritariamente a solução dos problemas sociais, as conquistas, ainda que reais, dificilmente conseguiram adquirir a vocação da permanência. E, mais grave, foram obtidas a um custo, em termos de liberdade, altíssimo.

É nesse contexto que vejo o Brasil de hoje, sobre o qual faria uma breve referência. Tenho dito que o Brasil é um país injusto. Os exemplos mais contundentes da injustiça são conhecidos pelos brasileiros e pela opinião pública internacional. Não é preciso descrevê-los. Mas, somos um país em movimento, porque as instituições democráticas consolidam-se e, mais do que isto, a sociedade articula-se democraticamente. A velocidade e a difusão dos movimentos comunitários, das ONGs, a presença crítica rigorosa dos meios de comunicação de massa, o debate parlamentar abrangente são as expressões mais evidentes da situação democrática brasileira.

Não podemos escamotear a realidade de injustiça, e, ao conhecê-la, a ação política terá um rumo necessário. É claro que a superação dos problemas sociais não se fará do dia para a noite, por passes de mágica, pois o Brasil de hoje é resultado de um longo processo histórico e cultural.

É claro que as mudanças dependem de luta política. Existem setores que se beneficiam das situações injustas, que prefeririam a simples reprodução dos padrões sociais vigentes. Minha convicção é a de que esses setores não serão os vencedores.

Gostaria ainda de examinar, para concluir, umas tantas consequências da situação brasileira, especialmente a maneira pela qual a democracia modela certas linhas de ação do Governo:

Como promover as necessárias reformas internas?

No caso de um país em desenvolvimento, como o Brasil, esse processo passaria por quatro pontos essenciais:

- a) O primeiro desses pontos diz respeito à necessidade de tratar simultaneamente o econômico e o social. Está definitivamente superada a visão de uma política econômica que impere, autônoma e absoluta, em relação à política social, também esta vista de forma autônoma, mas subordinada, cabendo à segunda papel meramente corretivo dos efeitos perversos da primeira. Deve haver plena articulação entre ambas, se aspiramos a um progresso efetivo. É inegável que não se pode avançar solidamente no plano social sem uma base econômica estável, mas é igualmente indiscutível que o crescimento econômico sem atenção prioritária ao bem-estar da população é vazio e, portanto, desprovido de sentido.
- b) A necessidade de que se amplie e aprofunde o debate político, alargando-se para tanto o espaço público aberto à participação da população. A razão política só será bem construída se estiver garantido o acesso livre de todos os grupos sociais no debate. A expansão da esfera pública é, pois, essencial para o desenvolvimento de mecanismos eficazes de inclusão social. É preciso dar voz a quem não tem capacidade de defender seus próprios direitos.

É preciso, também, reforçar o papel do homem público, do estadista, em todos os níveis de Governo, em todos os poderes da República. Estadista é quem visa ao predomínio do interesse geral sobre o particular e tem capacidade de liderar o processo de transformações, construindo as coalizões e associações de interesses para tornar realidade as mudanças necessárias. O crescimento da importância do papel do Estado nos processos de mudança social decorre, principalmente, do fato de que, no mundo contemporâneo, pulverizaram-se os atores capazes de atuar no sentido da mudança, sem que um prevaleça sobre o outro. Não há mais o monopólio de um determinado agente social – uma classe ou um grupo – para promover as transformações. É por isso que, numa sociedade que define democraticamente as suas pri-

oridades, o estadista tem um papel de catalisador nas ações econômicas, políticas e sociais.

- c) É preciso reorientar a ênfase do conjunto de ações sociais do Governo na direção de proporcionar igualdade de oportunidades para todos, promovendo, para tanto, acesso universal aos serviços públicos básicos, em especial educação e saúde. Essa característica da universalidade é essencial para que nós quebre-mos as assimetrias existentes. Quando defendo a igualdade de oportunidades, no sentido mais nobre da socialdemocracia, não estou querendo dizer que chegaremos a uma sociedade igualitária, em termos de padrão de vida, de consumo, de renda. A igualdade de oportunidades é essencial para que haja maior nivelamento no início da trajetória individual de cada um dos cidadãos, permitindo que o talento e o trabalho sejam reconhecidos e justamente recompensados. A igualdade de oportunidades está, assim, na própria base do conceito de liberdade. E nisso sou um grande admirador de Tocqueville.
- d) Para desempenhar a contento o seu papel de promotor de maior igualdade de oportunidades, o tamanho do Estado não pode ser definido, *a priori*, com base em opções ideológicas. O tamanho do Estado será aquele necessário para bem poder desempenhar sua função social. O Estado precisa ser redefinido, suas prioridades redesenhadas democraticamente, para poder acompanhar os imperativos ditados por um modo de produção intensivo em conhecimento. Rediscutir o papel do Estado não significa reduzir sua importância; significa, ao contrário, dotá-lo de instrumentos mais eficazes de gestão e controle, fazê-lo prestar contas de seus atos à população de forma permanente, reforçando, assim, seu papel num momento em que muitos acreditaram que a globalização e as forças de mercado seriam capazes, por si sós, de ditar o ritmo da vida política, econômica e social.

Os rumos da globalização precisam ser balizados politicamente. Para isso, não podemos renunciar ao ideal de um Estado cujo poder

seja necessário para colocar o social como prioridade. Não se trata de falar de um Estado mínimo ou máximo, grande ou pequeno, mas, sim, do Estado necessário.

Quero terminar minhas palavras com um tributo à vida universitária francesa, de que pude participar em tantos momentos. A minha convivência com intelectuais e amigos, como Touraine, Foucault, Aron e tantos outros, as aulas no Collège de France, os seminários, a convivência com os alunos em Nanterre nos dias dramáticos de 68, são lembranças fortes e permanentes. Depois do aprendizado com Bastide, essas passagens significaram invariavelmente a renovação de minha admiração pela França, pela inteligência francesa. Daí, a minha alegria pelo título que agora recebo.